

## ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

**Marco Antonio Carvalho Natalino**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada. Esta ausência, entretanto, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais. Tal invisibilidade se revela, por exemplo, na falta de documentação necessária para acessar serviços e benefícios sociais que o Estado garante. Desta forma, a territorialização precária, para além das vulnerabilidades locais, que lhes sujeitam a dimensões do desamparo, tais como o desconforto ante as intempéries, a insalubridade e a insegurança, gera iniquidades no acesso aos serviços. Para contornar esta dificuldade, diversas iniciativas de âmbito municipal e federal ganharam força ao longo das últimas décadas, sem que, entretanto, se chegasse a uma estimativa populacional para este público.

Dado o impasse, observa-se, não obstante, a continuidade da demanda por informações relativas ao montante da população brasileira que se encontra em situação de rua. Este texto busca responder a esta demanda utilizando-se de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas). A pesquisa envolveu a compilação e o tratamento de informações das edições de 2013, 2014 e 2015 do Censo Suas, considerando as taxas de crescimento demográfico dos municípios. Com base nessas informações, realizou-se um modelo linear generalizado, com a variável de resposta assumindo uma distribuição de Poisson, considerando o tamanho da população municipal como variável de *exposição* ao fenômeno, ou *offset*, para estimar a população em situação de rua para as demais municipalidades brasileiras. Foram descartadas as alternativas mais usuais e comumente adotadas para a análise de dados assimétricos e com muitos zeros, como a transformação

logarítmica e a criação de um “modelo de obstáculos”, agrupando um indicador de presença, via *logit*, e outro de abundância, via regressão linear.

O modelo teórico é analisado em detalhe e considera variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social e serviços voltados à população de rua, bem como o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único) do governo federal. O modelo mostrou-se adequado à estimação da população em situação de rua no Brasil, com erro médio de 3,17% para o modelo e 0,48% para a estimativa final – considerando tanto o modelo quanto os dados originais da população de rua para os municípios que já possuíam informações. Estima-se que existiam, em 2015, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil.

O texto se encerra com breve análise da concentração da população em situação de rua na região Sudeste (48,9%) e nos municípios com mais de 100 mil habitantes (77%), recomendando que seja incentivada a realização de pesquisas municipais com esta população neste grupo de cidades. Nos municípios menores, o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico da população de rua pode fomentar a incorporação deste segmento nas atividades de vigilância socioassistencial desenvolvidas pelos governos municipais. Em particular, a atividade de vigilância socioassistencial deveria vir acompanhada de um maior esforço de incorporação deste grupo no Cadastro Único para Programas Sociais, de forma que se amplie o acesso da população em situação de rua às políticas públicas, tais como transferência de renda, inclusão produtiva e habitação, de forma conjugada à ampliação do conhecimento acerca do perfil deste público prioritário às ações de desenvolvimento social. Com efeito, apenas 47,1% da população de rua estimada está cadastrada no Cadastro Único. A ampliação da cobertura deste cadastro neste segmento populacional permitiria, para além do acesso deste público aos programas sociais, a realização de estudo de perfil desta população com base nos dados do cadastro.